

**No. 27670**

---

**BRAZIL  
and  
NICARAGUA**

**Basic Agreement on technical cooperation. Signed at Managua on 1 April 1987**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 28 November 1990.*

---

**BRÉSIL  
et  
NICARAGUA**

**Accord de base de coopération technique. Signé à Managua le  
1<sup>er</sup> avril 1987**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistré par le Brésil le 28 novembre 1990.*

## [PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NICARÁGUA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Nicarágua,

Motivados pelo desejo de promover e desenvolver as relações existentes entre os dois países,

Considerando o interesse comum em desenvolver a cooperação técnica entre os dois países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão a cooperação técnica entre ambos os países com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação dos recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam em decorrência do presente Acordo se ajustem à política e plano de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar a suas próprias iniciativas para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico e social nacionais.

ARTIGO II

A cooperação técnica entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes modalidades:

- a) permuta de informações, por correspondência e através da cessão de material técnico-informativo e bibliográfico;

- b) formação e aperfeiçoamento profissional, mediante realização de cursos e programas de visitas ou estágios de especialização;
- c) implementação de projetos conjuntos em áreas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de técnicos e consultores;
- e) organização de seminários, simpósios e conferências;
- f) envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra forma de cooperação que vier a ser acordada entre as Partes Contratantes.

#### ARTIGO III

Os programas e projetos de cooperação técnica referidos no presente Acordo serão objeto de Ajustes Complementares, entre as Partes Contratantes, os quais serão celebrados em estrita observância das disposições legais vigentes em cada país sobre a matéria e conterão as especificações relativas a objetivos e procedimentos de execução de tais programas e projetos, bem como mencionarão a duração, as respectivas entidades executoras e obrigações, inclusive financeiras.

#### ARTIGO IV

A permuta de informações, prevista no Artigo II, alínea g, deste Acordo, será efetuada entre os órgãos autorizados, em cada caso, por via diplomática.

ARTIGO V

1. O financiamento das modalidades de cooperação técnica definidas no presente Acordo, bem como os termos e condições de salários, ajudas de custo, despesas de viagem, assistência médica e outras vantagens em benefício do pessoal mencionado no Artigo II, serão convencionados pelas Partes Contratantes no âmbito de cada projeto.

2. As Partes Contratantes poderão solicitar o financiamento e a participação de organismos internacionais para a execução de programas e projetos resultantes da aplicação do presente Acordo.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes facilitarão, em seus respectivos territórios, a entrada e estada de técnicos e consultores.

ARTIGO VII

1. As Partes Contratantes assegurarão aos técnicos e consultores, a serem enviados ao território da outra Parte em função do presente Acordo, para programas de prestação de cooperação técnica, o apoio logístico e facilidades de transporte, informação e trabalho requeridas para o cumprimento de suas funções específicas e outras facilidades a serem definidas nos Ajustes Complementares referidos no Artigo III.

2. Da mesma forma, serão proporcionadas aos técnicos e consultores as devidas facilidades de alojamento e manutenção.

ARTIGO VIII

Cada Parte Contratante concederá aos técnicos e consultores designados para exercer suas funções no território da outra Parte, em

decorrência dos Ajustes Complementares previstos no Artigo III, bem como aos membros de sua família imediata:

- a) visto oficial grátis, que assegurará residência pelo prazo previsto no Ajuste Complementar respectivo;
- b) isenção dos impostos e demais gravames incidentes sobre importação de objetos de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, desde que o prazo de permanência no país anfitrião seja superior a um ano. Tais bens deverão ser exportados ao final da missão a menos que os impostos de importação, dos quais foram originalmente isentos, sejam pagos;
- c) isenção idêntica àquela prevista na alínea b, quando da exportação dos referidos bens;
- d) isenção de impostos sobre salários e vencimentos a eles pagos por instituições do país remetente;
- e) facilidades de repatriação, em época de crise;
- f) imunidade de processo legal por palavras faladas ou escritas e por todos os atos praticados no exercício de suas funções.

#### ARTIGO I

Ambas as Partes Contratantes isentaráo, igualmente, de todos os impostos e demais gravames à importação e/ou exportação de bens, equipamentos e materiais enviados de um país a outro em decorrência da implementação do presente Acordo. Tais bens, equipamentos e materiais somente poderão ser vendidos ou transferidos no país receptor mediante prévia autorização das autoridades aduaneiras e o pagamento dos impostos de importação dos quais foram originalmente isentos.

ARTIGO I

Os técnicos e consultores a serem enviados de um país a outro em função do presente Acordo cumpriremão pelas disposições das Ajustes Complementares específicos e estarão sujeitos às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VIII do presente Acordo.

ARTIGO II

Cada uma das Partes Contratantes garantirá a não-divulgação dos documentos, das informações e de outros conhecimentos obtidos durante a implementação e vigência deste Acordo, assim como a sua não-transmissão a terceiros sem o prévio consentimento escrito da outra Parte.

ARTIGO III

Para facilitar e sistematizar a execução dos programas ou projetos que as Partes acordem de conformidade com o previsto no Artigo II do presente Acordo, as entidades responsáveis por sua execução elaborarão planos anuais de trabalho para seu eficiente cumprimento.

ARTIGO IV

Com base na informação mencionada no Artigo anterior, as entidades responsáveis pela execução de programas ou projetos acordados entre as Partes elaborarão relatórios semestrais que refletem seu progresso e os apresentarão, por via diplomática, às autoridades responsáveis por seu controle, de conformidade com as disposições vigentes em cada país.

ARTIGO V

O Ministério de Cooperação Externa, em sua condição de órgão gestor e canalizador da cooperação externa para a Nicarágua,

representará a Parte nicaraguense neste Acordo, e apresentará ao Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática, as solicitações de cooperação técnica das instituições do Governo da República da Nicarágua.

ARTIGO XI

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes decida denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de recebimento da notificação respectiva.

2. A denúncia do presente Acordo não afetará o desenvolvimento de programas e projetos em execução dele decorrentes, salvo se as Partes Contratantes convierem diversamente.

ARTIGO XVI

O presente Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento das Partes. As modificações entrarão em vigor na forma indicada no Artigo XV.

ARTIGO XVII

Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, da conclusão dos requisitos constitucionais necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

FEITO em Managua, aos 1 dias do mês de abril de 1987, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa  
do Brasil:

[Signed — Signé]

SÉRGIO DUARTE

Pelo Governo  
da República da Nicarágua:

[Signed — Signé]

JOSEH ANGEL BUITRAGO

## [SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE NICARAGUA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República de Nicaragua

MOTIVADOS por el deseo de promover y desarrollar las relaciones existentes entre los dos países

CONSIDERANDO el interés común en desarrollar la Cooperación Técnica entre los dos países;

ACUERDAN lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes promoverán la Cooperación Técnica entre ambos países con el objetivo de contribuir a la mejor utilización de los recursos naturales y humanos, esforzándose para que los programas que se originen como consecuencia del presente Acuerdo, se ajusten a la política y plan de desarrollo en los dos países, como apoyo complementario a sus propias iniciativas a fin de alcanzar los objetivos de desarrollo económico y social nacionales.

ARTICULO II

La Cooperación Técnica entre las Partes Contratantes podrá asumir las siguientes modalidades:

- a) Permuta de informaciones por correspondencia y a través de la cesión de material técnico-informativo y bibliográfico;
- b) formación y perfeccionamiento profesional, mediante la realización de cursos y programas de visitas o cursos prácticos de especialización;
- c) implementación de proyectos conjuntos en áreas de interés común;
- d) intercambio de técnicos y consultores;
- e) organización de seminarios, simposios y conferencias;
- f) envío de equipos y materiales necesarios a la realización de proyectos específicos;
- g) cualquier otra forma de cooperación que venga a ser acordada entre las Partes Contratantes.

#### ARTICULO III

Los programas y proyectos de Cooperación Técnica que se desarrollen al amparo del presente Acuerdo serán objeto de Ajustes Complementarios entre las Partes Contratantes, los mismos que se celebrarán con estricta observación de las disposiciones legales que sobre esta materia se hallen vigentes en cada país en los que se especifiquen los objetivos y procedimientos de ejecución de tales programas y proyectos, así como se mencionará la duración, las entidades ejecutoras y las obligaciones inclusive financieras, respectivas.

#### ARTICULO IV

La permuta de informaciones, prevista en el Artículo II, inciso a, de este Acuerdo, se efectuará entre los órganos autorizados, en cada caso, por vía diplomática.

ARTICULO V

1. El financiamiento de las modalidades de Cooperación Técnica definidas en el presente Acuerdo, así como los términos y condiciones de salarios, subsistencias para transferencia, gastos de viaje, asistencia médica y otras ventajas en beneficio del personal mencionado en el Artículo II, será acordado por las Partes Contratantes dentro del ámbito de cada proyecto.

2. Las Partes Contratantes podrán solicitar el financiamiento y la participación de organismos internacionales para la ejecución de programas y proyectos resultantes de la aplicación del presente Acuerdo.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes facilitarán en sus respectivos territorios, la entrada y estadía de técnicos y consultores.

ARTICULO VII

1. Las Partes Contratantes asegurarán a los técnicos y consultores a ser enviados al territorio de la otra Parte en función del presente Acuerdo, para programas de prestación de cooperación técnica, el apoyo logístico y facilidades de transporte, información y trabajo requeridas para el cumplimiento de sus funciones específicas y otras facilidades a ser definidas en los Ajustes Complementarios referidos en el Artículo III.

2. Asimismo, se proporcionarán a dichos técnicos y consultores las debidas facilidades de alojamiento y mantenimiento.

ARTICULO VIII

Cada Parte Contratante concederá a los técnicos y consultores designados para ejercer sus funciones en el territorio de la otra Parte, como consecuencia de los Ajustes Complementarios previstos en el Artículo III, así como a los miembros de su familia inmediata:

- a) Visa oficial gratuita, que garantice la residencia por el plazo previsto en el Ajuste Complementario respectivo;
- b) exoneración de impuestos y demás gravámenes incidentes sobre la importación de objetos de uso doméstico y personal, destinados a la primera instalación, siempre que el plazo de permanencia en el país anfitrión sea superior a un año. Estos bienes deberán ser exportados al final de la misión, a menos que los impuestos de importación que fueron originalmente exentos, sean pagados.
- c) exoneración idéntica a la prevista en el inciso b con ocasión de la reexportación de los referidos bienes;
- d) exoneración de impuestos sobre salarios y sueldos pagados a dichos técnicos y consultores por institución del país remitente;
- e) facilidades de repatriación, en época de crisis;
- f) inmunidad de proceso legal por palabras habladas o escritas y por todos los actos practicados en el ejercicio de sus funciones.

#### ARTICULO IX

Ambas Partes Contratantes exonerarán asimismo de todos los impuestos y demás gravámenes a la importación y/o exportación de bienes, equipos y materiales enviados de un país a otro como consecuencia de la implementación del presente Acuerdo. Estos bienes, equipos y materiales solo podrán ser vendidos e transferidos en el país receptor, mediante autorización previa de las autoridades de aduana y el pago de los impuestos de importación que fueron originalmente exentos.

#### ARTICULO X

Los técnicos y consultores a ser enviados de un país a otro en función del presente Acuerdo se guiarán por las disposiciones de los Ajustes Cor

plementarios específicos y estarán sujetos a las leyes y reglamentos vigentes en el territorio del país anfitrión, salvo lo dispuesto en el Artículo VIII del presente Acuerdo.

#### ARTICULO XI

Cada una de las Partes Contratantes garantizará la no-divulgación de los documentos, de las informaciones y de otros conocimientos obtenidos durante la implementación y vigencia de este Acuerdo, así como su no-transmisión a una tercera parte sin el previo consentimiento escrito de la otra Parte.

#### ARTICULO XII

Para facilitar y sistematizar la ejecución de los programas o proyectos que las Partes acuerden de conformidad a lo previsto en el Artículo II del presente Acuerdo, las entidades responsables de su ejecución elaborarán planes anuales de trabajo para su eficiente cumplimiento.

#### ARTICULO XIII

En base a la información mencionada en el Artículo anterior, las entidades responsables de la ejecución de los programas o proyectos acordados entre las Partes, elaborarán informes semestrales que reflejen su estado de progreso y los presentarán por la vía diplomática, a las respectivas autoridades responsables de su control de conformidad a las disposiciones vigentes en cada país.

#### ARTICULO XIV

El Ministerio de Cooperación Externa, en su condición de órgano gestor y canalizador de la Cooperación Externa para Nicaragua, representará a la parte nicaraguense en este acuerdo y presentará al Gobierno de la República Federativa del Brasil por vía diplomática las solicitudes de Cooperación Técnica de las instituciones del Gobierno de la República de Nicaragua.

ARTICULO XV

1. El presente Acuerdo permanecerá en vigor por un período de 5 (cinco) años, renovable automáticamente por períodos iguales y sucesivos, a menos que una de las Partes decida denunciarlo. Esta denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de recibida la respectiva notificación.

2. La denuncia del presente Acuerdo no afectará el desarrollo de programas y proyectos en ejecución al amparo del mismo, salvo si las Partes Contratantes decidieren lo contrario.

ARTICULO XVI

El presente Acuerdo podrá ser modificado por mutuo consentimiento de las Partes. Las modificaciones entrarán en vigor de conformidad con lo previsto en el Artículo XV.

ARTICULO XVII

Cada Parte Contratante notificará a la otra, por vía diplomática, la conclusión de los requisitos constitucionales necesarios para la aprobación del presente Acuerdo, el cual entrará en vigor en la fecha de la segunda notificación.

HECHO en Managua a los 1 días del mes de Abril de 1987, en dos ejemplares, en los idiomas Español y Portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno  
de la República Federativa  
del Brasil:

[Signed — Signé]<sup>1</sup>

Por el Gobierno  
de la República de Nicaragua:

[Signed — Signé]<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Signed by Sérgio Duarte — Signé par Sérgio Duarte.

<sup>2</sup> Signed by Joseph Angel Buitrago — Signé par Joseph Angel Buitrago.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT<sup>1</sup> ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN  
THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF  
BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF  
NICARAGUA

---

The Government of the Federative Republic of Brazil and  
The Government of the Republic of Nicaragua,  
Desiring to promote and develop the relations existing between their two  
countries,  
Considering their common interest in developing Technical Cooperation  
between the two countries,

Have agreed as follows:

*Article I*

The Contracting Parties shall promote technical cooperation between their two  
countries with a view to contributing to better utilization of their natural and human  
resources, ensuring that programmes resulting from this Agreement are consistent  
with development policies and plans in both countries, as additional support for  
their own internal efforts to achieve their national economic and social development  
objectives.

*Article II*

Technical cooperation between the Contracting Parties may take the following  
forms:

- (a) Exchanges of information, through correspondence and through transfers  
of technical information and bibliographical materials;
- (b) Vocational training and advanced training by means of courses and planned  
tours or internships for specialized training;
- (c) The implementation of joint projects in areas of mutual interest;
- (d) Exchanges of technicians and consultants;
- (e) The organization of seminars, symposia and lectures;
- (f) The dispatch of equipment and materials necessary for implementing specific  
projects;
- (g) Any other form of cooperation that may be agreed upon by the Contracting  
Parties.

*Article III*

The technical cooperation programmes and projects referred to in this Agree-  
ment shall be the subject of supplementary agreements between the Contracting

---

<sup>1</sup> Came into force on 3 September 1990, the date of the last of the notifications by which the Parties informed each  
other of the completion of the required constitutional formalities, in accordance with article XVII.

Parties, which shall be entered into in strict compliance with the relevant legal provisions in force in each country and which shall specify the objectives of such programmes and projects, the procedures for their implementation, their duration, the respective executing agencies and the obligations, including financial obligations, of each of the Contracting Parties.

#### *Article IV*

The exchanges of information envisaged in article II (a) shall, in each case, be carried out between the agencies designated for that purpose, through the diplomatic channel.

#### *Article V*

1. The financing of the forms of technical cooperation specified in this Agreement, as well as wage terms and conditions, cost subsidies, travel expenses, medical care and other benefits for the personnel mentioned in article II, shall be agreed upon by the Contracting Parties in respect of each project.

2. The Contracting Parties may seek financing from, and the participation of, international agencies for the execution of the programmes and projects resulting from the implementation of this Agreement.

#### *Article VI*

The Contracting Parties shall facilitate, in their respective territories, both the entry and the stay of technicians and consultants.

#### *Article VII*

1. The Contracting Parties shall provide technicians and consultants assigned to the territory of the other Party under this Agreement, for technical cooperation programmes, with logistical support and transport, information and working facilities required for the performance of their specific functions, and other facilities to be specified in the supplementary agreements referred to in article III.

2. Technicians and consultants shall likewise be provided with the necessary housing and support facilities.

#### *Article VIII*

Each Contracting Party shall, under the supplementary agreements envisaged in article III, grant to technicians and consultants designated to carry out their functions in the territory of the other Party and to members of their immediate family:

(a) Free official residence visas valid for the term specified in the respective supplementary agreement;

(b) Exemption from customs duties and other charges for household and personal effects imported in connection with their initial installation, provided that their stay in the host country will be for more than one year. Such effects will have to be exported at the end of the mission unless the import duties from which they were originally exempted are paid;

(c) The same exemption provided for in subparagraph (b) above, when such effects are re-exported,

- (d) Exemption from taxes on wages and salaries paid to them by the institution of the sending country;
- (e) Facilities for repatriation in the event of a crisis;
- (f) Immunity from prosecution for words spoken or written and for all acts carried out in the performance of their duties.

#### *Article IX*

Both Contracting Parties shall likewise exempt from all customs duties and other charges imports and/or exports of goods, equipment and materials sent from one country to another as a result of the implementation of this Agreement. Such goods, equipment and materials may be sold or transferred in the receiving country only with the prior authorization of the customs authorities and upon payment of the import duties from which they were originally exempted.

#### *Article X*

The technicians and consultants assigned by one country to the other under the terms of this Agreement shall be guided by the provisions of the specific supplementary Agreements and shall be subject to the laws and regulations in force in the territory of the host country, except as provided in article VIII of this Agreement.

#### *Article XI*

Each of the Contracting Parties shall guarantee that it will not divulge the documents, information and other knowledge obtained during the implementation and validity of this Agreement and that it will not transmit them to third parties without the prior written consent of the other Party.

#### *Article XII*

In order to facilitate and systematize the implementation of any programmes or projects agreed to by the Parties in accordance with article II of this Agreement, the agencies responsible for their exemption shall draw up annual work plans to ensure their efficient implementation.

#### *Article XIII*

On the basis of the information mentioned in the preceding Article, the agencies responsible for executing the programmes or projects agreed to by the Parties shall prepare biannual progress reports and shall submit them, through the diplomatic channel, to the authorities responsible for supervising them, in accordance with the provisions in force in each country.

#### *Article XIV*

In its capacity as the body responsible for managing and channelling external cooperation for Nicaragua, the Ministry of External Cooperation shall represent the Nicaraguan Party to this agreement and shall submit to the Government of the Federative Republic of Brazil, through the diplomatic channel, any requests for technical cooperation from institutions of the Government of the Republic of Nicaragua.

*Article XV*

1. This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be renewed automatically for successive periods of the same duration, unless one of the Parties decides to denounce it. Such denunciation shall take effect six months after the date on which the corresponding notification is received.

2. Denunciation of this Agreement shall not affect the implementation of ongoing programmes and projects established under this Agreement, unless the Contracting Parties decide otherwise.

*Article XVI*

This Agreement may be amended by mutual consent of the Parties. Amendments shall enter into force as provided in article XV.

*Article XVII*

Each Contracting Party shall notify the other, through the diplomatic channel, of completion of the constitutional formalities required for approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of the second notification.

DONE at Managua on 1 April 1987, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic  
of Brazil:

[Signed]

SÉRGIO DUARTE

For the Government  
of the Republic of Nicaragua:

[Signed]

JOSEH ANGEL BUITRAGO

## [TRADUCTION — TRANSLATION]

**ACCORD<sup>1</sup> DE BASE DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU NICARAGUA**

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et  
Le Gouvernement de la République du Nicaragua,  
Désireux de promouvoir et de développer les relations entre les deux pays,  
Considérant l'intérêt commun que présente le développement de la coopération technique entre les deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

Les Parties contractantes encourageront la coopération technique entre les deux pays en vue de contribuer à une meilleure utilisation des ressources naturelles et humaines et veilleront à ce que les programmes élaborés en application du présent Accord soient adaptés à la politique et au plan de développement des deux pays et qu'ils appuient et complètent les initiatives nationales visant à atteindre les objectifs de développement économique et social de leurs pays respectifs.

*Article II*

La coopération technique entre les Parties contractantes pourra revêtir les formes suivantes :

- a) Echange d'informations par correspondance et grâce à la cession de matériel informatif technique et bibliographique;
- b) Formation et perfectionnement professionnel grâce à l'organisation de cours et de visites ou de stages de spécialisation;
- c) Exécution conjointe de projets dans des domaines d'intérêt commun;
- d) Echange de techniciens et de consultants;
- e) Organisation de séminaires, de colloques et de conférences;
- f) Envoi de l'équipement et du matériel nécessaires à la réalisation de projets spécifiques;
- g) Toute autre forme de coopération dont conviendraient les Parties contractantes.

*Article III*

Les programmes et projets de coopération technique qui sont menés à bien dans le cadre du présent Accord feront l'objet d'accords complémentaires entre les Parties contractantes, conformément aux dispositions légales en vigueur dans ce

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 3 septembre 1990, date de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires, conformément à l'article XVII.

domaine dans chaque pays. Ces accords préciseront les objectifs et les modalités d'exécution de ces programmes et projets, leur durée, les entités responsables de l'exécution et les obligations, y compris financières, de chaque Partie.

#### *Article IV*

L'échange d'informations visé à l'alinéa *a* de l'article II du présent Accord s'effectuera par l'entremise des organes compétents par la voie diplomatique.

#### *Article V*

1. Le financement des modalités de coopération technique définies dans le présent Accord ainsi que les termes et les conditions concernant les traitements, les subventions au titre des détachements, les frais de déplacement, les soins médicaux et autres avantages dont jouit le personnel mentionné à l'article II feront l'objet d'accords, projet par projet, entre les Parties contractantes.

2. Les Parties contractantes pourront solliciter le financement et la participation des organisations internationales pour l'exécution des programmes et projets convenus en application du présent Accord.

#### *Article VI*

Les Parties contractantes faciliteront sur leur territoire respectif l'entrée et le séjour des techniciens et consultants.

#### *Article VII*

1. Les Parties contractantes assureront aux techniciens et consultants qui seront envoyés, en application du présent Accord, sur le territoire de l'autre Partie dans le cadre des programmes de coopération technique, l'appui logistique et les facilités nécessaires en matière de transport, d'information et de travail pour l'accomplissement de leurs fonctions ainsi que d'autres facilités qui seront définies dans les Accords complémentaires visés à l'article III.

2. Il sera également fourni aux techniciens et consultants des facilités de logement et de subsistance.

#### *Article VIII*

Chaque Partie contractante accordera aux techniciens et consultants appelés à exercer leurs fonctions sur le territoire de l'autre Partie dans le cadre des Accords complémentaires visés à l'article III ainsi qu'aux membres de leur famille immédiate :

*a)* Un visa officiel gratuit les autorisant à rester sur le territoire de cette Partie pendant la durée prévue dans l'Accord complémentaire en question;

*b)* L'exonération des impôts et autres taxes sur l'importation des objets à usage domestique et personnel, lors de la première installation, à condition que le séjour dans le pays hôte soit supérieur à un an. Ces biens doivent être réexportés au terme de la mission à moins que les droits d'importation ayant fait l'objet d'exemption initialement ne soient acquittés.

*c)* Une exonération similaire à celle qui est prévue à l'alinéa *b* lors de la réexportation des biens visés;

- d) L'exonération des impôts sur les traitements et salaires versés aux techniciens et consultants par l'institution du pays expéditeur;
- e) Les facilités de rapatriement en période de crise;
- f) L'immunité de procédure légale pour les déclarations et écrits et pour tous les actes effectués dans l'exercice de leurs fonctions.

#### *Article IX*

Les deux Parties contractantes exempteront de même de tous impôts et autres droits l'importation et/ou l'exportation des biens, équipements et matériels envoyés d'un pays à l'autre en application du présent Accord. Ces biens, équipements et matériels ne pourront être vendus ou transférés dans le pays récepteur que moyennant l'autorisation préalable des autorités de douane et l'acquittement des droits d'importation ayant fait l'objet d'exemption initialement.

#### *Article X*

Les techniciens et consultants qui seront envoyés d'un pays à l'autre en application du présent Accord appliqueront les dispositions des Accords complémentaires qui les concernent et devront respecter les lois et règlements en vigueur sur le territoire du pays hôte, à moins que l'article VIII du présent Accord n'en dispose autrement.

#### *Article XI*

Les deux Parties contractantes donneront l'assurance que les documents, informations et autres données obtenues ne seront pas divulgués tant que le présent Accord sera appliqué et en vigueur et qu'ils ne seront pas transmis à une tierce partie sans le consentement préalable par écrit de l'autre Partie.

#### *Article XII*

Afin de faciliter et de rendre systématique et efficace l'exécution des programmes ou projets dont les Parties sont convenues conformément aux dispositions de l'article II du présent Accord, les entités responsables de l'exécution élaboreront des plans de travail annuels.

#### *Article XIII*

Compte tenu des dispositions de l'article XII, les entités chargées de l'exécution des programmes ou projets convenus entre les Parties établiront des rapports semestriels reflétant l'état d'avancement des travaux et les présenteront par la voie diplomatique aux autorités responsables, conformément aux dispositions en vigueur dans chaque pays.

#### *Article XIV*

Le Ministère de la coopération extérieure, en sa qualité d'organe gérant et canalisant la coopération extérieure pour le Nicaragua, représentera la Partie nicaraguanne dans le présent Accord et présentera au Gouvernement de la République fédérative du Brésil par la voie diplomatique les demandes de coopération technique des institutions du Gouvernement de la République du Nicaragua.

*Article XV*

1. Le présent Accord restera en vigueur pendant cinq ans et sera automatiquement reconduit pour des périodes successives de même durée, à moins que l'une des Parties ne décide de le dénoncer. Cette dénonciation prendra effet six mois à compter de la date de réception de l'avis de dénonciation.

2. La dénonciation du présent Accord n'affectera pas le déroulement des programmes et projets exécutés dans le cadre de l'Accord à moins que les Parties contractantes n'en décident autrement.

*Article XVI*

Le présent Accord pourra être modifié par consentement mutuel des Parties. Les modifications entreront en vigueur conformément aux dispositions de l'article XV.

*Article XVII*

Chacune des Parties contractantes informera l'autre, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires à l'approbation du présent Accord lequel entrera en vigueur à la date de la deuxième notification.

FAIT à Managua, le 1<sup>er</sup> avril 1987, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérative  
du Brésil :

[Signé]

SÉRGIO DUARTE

Pour le Gouvernement  
de la République du Nicaragua :

[Signé]

JOSEH ANGEL BUITRAGO

